

CPI pode fazer relatório sobre Roriz

CARLOS MOURA

A CPI do Orçamento deverá apresentar um relatório especial sobre as investigações feitas a respeito do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Os relatores das quatro subcomissões da CPI discutirão ainda com o relator-geral Roberto Magalhães (PFL-PE) o exato teor desse texto, mas membros da comissão, como o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), já têm uma posição fixada. Mercadante assegura que Magalhães contará com informações suficientes para recomendar à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Ministério Público a abertura de uma outra CPI, no âmbito do legislativo local e de inquérito na Justiça.

O relatório especial, porém, poderá ainda ser barrado. O senador Pedro Teixeira (PP-DF), aposta em que o deputado Roberto Magalhães resistirá às pressões nesse sentido. "O relator-geral está suficientemente advertido para o fato de que se trata meramente de uma questão local, movida por interesses eleitoreiros", afirma o senador. Pedro Teixeira lembra ainda que o relatório especial, para que tenha existência legal, precisa ser aprovado pelo plenário da CPI — ou seja, em seu favor precisará reunir a maioria dos votos, o que é duvidoso.

"As movimentações bancárias do governador, envolvendo contas fantasmas e "laranjas" levantam suspeitas gravíssimas contra Roriz", avaliou Mercadante. A Subcomissão de Emendas também pretende entregar um "relatório especial" sobre o envolvimento do Governo do DF, no que diz respeito a aprovação de emendas em obras superfaturadas e aplicação de verbas para pagamento de pessoal no mercado financeiro. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG), da Subcomissão de Emendas, informou que o grande número de informações envolvendo Roriz levou os membros do grupo a decidirem por um relatório específico para o Governo do DF.

Sérgio Miranda citou as obras da Escola Técnica de Taguatinga, do complexo penitenciário da Papuda e do metrô como exemplos de superfaturamentos. As emendas aprovadas para a Fundação Essência e as aplicações irregulares de dotações orçamentárias da União para pagamento de pessoal



Sérgio Miranda (E) e Pedro Teixeira: acusações a respeito do tratamento que a CPI dará ao governador

em obras de infra-estrutura também farão parte do relatório da Subcomissão de Emendas. "Houve um claro desvio de uso das verbas da União, o que foi confirmado pelo próprio governador Roriz em seu depoimento à CPI", lembrou o deputado.

Intromissão — Já o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB/DF) acredita que uma recomendação da CPI do Congresso Nacional para que a Câmara Legislativa do DF crie uma nova Comissão para investigar o governo Roriz seria uma intromissão na política local. "Acredito sim que o relatório final trará informações que obriguem moralmente a Câmara Distrital e o Ministério Público a in-

vestigarem o envolvimento de Roriz", observou o parlamentar tucano. Sigmaringa considera "bastante complicada" a situação do governador do Distrito Federal e que o relatório final da CPI vai apontar para um nítido envolvimento de Roriz em irregularidades no uso do Orçamento.

O deputado Aloízio Mercadante, entretanto, lembrou que a partir do momento em que a CPI decidiu convocar os governadores — derrubando a tese do pacto federativo — a recomendação para que se crie uma nova CPI no legislativo local é plenamente possível. "Se a CPI do Orçamento pode pedir a punição de um funcionário público do Poder Execu-

tivo por envolvimento em atos de corrupção, por que não pode sugerir o impeachment de um governador?"

Para o senador Pedro Teixeira, em toda essa questão há antes de mais nada "por problemas eleitorais e paixões políticas", pelos quais culpa principalmente o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). "Ele quer fazer com que o governador seja enquadrado por crime de responsabilidade", garante Teixeira, que acusa também o deputado Sérgio Miranda de funcionar como boneco de ventríloquo das esquerdas locais e o senador José Paulo Bisol, que tem opinião semelhante, de "ser um passional".